

Parecer nº 141/98

Data: 1998.11.04

Processo nº 454

Reclamante: Armando Nunes Soares Veiga

Entidade reclamada: Câmara Municipal da Mealhada

Armando Nunes Soares Veiga reclama, para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, do indeferimento tácito da Câmara Municipal da Mealhada quanto a um pedido que apresentou naquela autarquia, com vista ao acesso a determinada documentação.

Foi requerido, ao abrigo da Lei nº 65/93 de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos da Administração), o acesso aos pedidos de informação prévia, bem como aos processos de licenciamento de obras particulares, emitidos por aquela Câmara Municipal desde a entrada em vigor do Plano Director Municipal e a actualidade e apenas quanto a processos concluídos.

Analisemos, em primeiro lugar, a natureza da informação a que se pretende aceder.

O pedido de informação prévia constitui uma faculdade que assiste a qualquer pessoa ou entidade de requerer, à Câmara, informação sobre a possibilidade de realizar determinada obra sujeita a licenciamento municipal, bem como conhecer os respectivos condicionamentos, procedimento actualmente regulado pelos artigos 10º e seguintes do Decreto-Lei nº 445/91 de 20 de Novembro, relativo ao regime jurídico do licenciamento das obras particulares.

O processo de licenciamento de obras particulares, com tramitação regulada pelo diploma legal citado, inclui, para além da identificação dos requerentes, a localização do prédio ou da fracção, um conjunto de projectos (arquitectura, estabilidade, redes de energia, gás, esgotos e água etc.), eventuais Pareceres de entidades externas à autarquia, designadamente da administração central e outras informações e pedidos que tenham recaído sobre o prédio. Geralmente a organização do processo é territorial,

correspondendo ao prédio, pelo que a informação a ele atinente é reunida sob o mesmo Processo, também chamado Tomo.

Quanto à natureza da documentação, esta insere-se plenamente no conceito de documentação administrativa (artigo 4º nº 1 alínea a) da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto), sendo a todos acessível (artigo 7º nº 1 da lei).

O requerente pretende apenas o acesso a processos concluídos pelo que não existem constrangimentos no acesso resultantes de eventual limite temporal aplicável durante o período de apreciação.

O facto do requerente ter juntado num só requerimento o pedido de acesso a informações que abrangem um período relativamente lato (cerca de quatro anos, abrangendo todos os pedidos de informação prévia e licenciamentos requeridos desde a data em que entrou em vigor o Regulamento do Plano Director da Mealhada, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 60/94, Diário República nº 175, I Série-B de 30 de Julho) não significa que o acesso lhe possa ser negado. A Administração deverá encontrar a melhor forma que permita ao requerente obter os elementos pretendidos, através da consulta dos dossiers e processos respectivos, de forma faseada, aliás como o reclamante propôs.

Pode ainda suscitar-se a questão dos dados requeridos poderem não estar organizados ou agregados pelos serviços municipais, de forma a que a autarquia possa responder expressamente ao pedido, o que pode criar dificuldades na delimitação dos processos a consultar.

Retoma-se o que já anterior Parecer reflectiu (nº 54/96 de 25 de Julho), “não compete à administração, quando requerido ao abrigo da LADA, elaborar estudos ou agregar elementos, mesmo com base em documentação existente”. O que significa, no caso concreto, que a Câmara deverá possibilitar o acesso aos dossiers e pastas onde tal documentação exista, podendo igualmente passar as certidões que lhe vierem a ser requeridas.

Pode a Câmara encontrar, em acordo com o requerente, a forma de acesso que melhor corresponda aos meios que possua, designadamente facultando de imediato a consulta ou satisfazendo parte mais urgente da documentação requerida, permitindo-se assim que o exercício do direito de acesso não fique totalmente prejudicado, com a eventual invocação de falta de condições para atender todo o pedido.

Em Conclusão :

A Câmara Municipal da Mealhada deve facultar o acesso aos dados e elementos solicitados por estes constituírem documentos administrativos, a todos acessíveis, nos termos dos artigos 4º nº 1 alínea a) e 7º nº 1 da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, através da forma que melhor se adequar ao tipo de informação requerida (designadamente facultando o acesso às pastas de onde constem tais elementos), não lhe competindo, contudo, organizar e agregar a informação existente.

Lisboa, 4 de Novembro de 1998

José Magalhães (Relator) - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente).